

# Crises do Capital

Ney Gonçalves

Analisaremos neste artigo os resultados contraditórios de um aumento da produtividade na produção de valores de uso e na produção de valores. Veremos que a diminuição da força de trabalho pelos meios de produção aumenta a produtividade do trabalho vivo e sua capacidade técnica de produção material de valores de uso, porém simultaneamente limita sua capacidade social de criação de valores novos ao reduzir seu peso relativo na produção de valor, do que uma parte crescente é valor transmitido na forma de trabalho morto já existente nos meios de produção. A diminuição do peso relativo da fonte de mais-valia que é o trabalho vivo se traduz assim para o capital em uma dificuldade crescente de valorização e se manifesta em uma tendência a queda da taxa de rentabilidade. O objetivo deste presente artigo é estudar este fenômeno particular da produção capitalista, em que o aumento da produtividade material que permite uma produção aumentada de valores de uso toma a forma social específica de uma produção restringida de mais-valia que implica uma tendência da queda da taxa de lucro.

Na circulação simples M-D-M (mercadoria- dinheiro- mercadoria), que é constituída por duas fases que se complementam, na venda e na compra, cuja separação abre a possibilidade de uma crise, a circulação do capital D-M-D' (dinheiro – mercadoria- dinheiro' acrescentado, este é o ciclo do capital dinheiro) é a unidade contraditória de dois momentos distintos que são a produção e a circulação, cuja separação abre também a possibilidade de uma crise. O processo de valorização do capital que somente acaba ao término do cumprimento do ciclo completo do capital, quer dizer, de suas fases de produção e de circulação, passa em primeiro lugar, na sua fase de produção, por uma desvalorização do capital. Convertendo de capital-dinheiro em meios de produção materiais e em força de trabalho, quer dizer, em capital produtivo, desta maneira perde sua forma de valor, da equivalente geral que é o dinheiro. Ao término da fase de produção, passa a existir na forma de capital-mercadoria, uma mercadoria que idealmente possui um preço, porém o valor acrescentado que contém deve ser realizado pela venda que permitirá o capital retomar a sua forma de dinheiro ou da riqueza universal. Marx escreve que

Se este processo fracassa - e a possibilidade deste fracasso está dada [...] pela simples separação-, o dinheiro do capitalista se terá transformado em um produto sem valor e não só não terá ganho nem

um novo valor, mais terá perdido o valor original (MARX, 2009, p. 355).

No processo de produção como tal, a valorização do capital aparece dependendo somente da relação entre o trabalho vivo e o trabalho morto, entre o trabalho assalariado e o capital. No processo de circulação, a valorização aparece como uma simples relação entre a quantidade produzida de uma mercadoria e a necessidade social solvente desta mercadoria.

A questão que se coloca então é a seguinte: a valorização do capital na produção implica sua valorização na circulação (MARX, 2009, p. 363)? A resposta a esta questão, explica Marx, a economia política clássica se divide em dois campos, o de Ricardo para quem está na natureza do capital superar os obstáculos para sua frutificação, obstáculos que considera como puramente contingente, e o de Sismondi para quem estes obstáculos são atribuídos ao próprio capital, tendo a intuição de que as contradições que se depreende conduzem necessariamente o capitalismo a sua perdição. Sismondi escreve Marx, “tem captado mais a fundo a estreiteza da produção fundada sobre o capital”, enquanto que os economistas como Ricardo “tem compreendido a essência positiva do capital mais correta e profundamente”, ainda que “nunca compreenderam as verdadeiras crises modernas” (MARX, 2009, p. 363).

Para Marx, que de alguma maneira retém as contribuições positivas das duas escolas, para ele a produção capitalista é a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização, essa unidade que não é diretamente ou indiretamente, nada mais que um processo (MARX, 2009, p. 359) no qual as contradições entre produção e valorização são às vezes superadas (“a essência positiva” do capital colocada em evidência por Ricardo) e continuamente reproduzidas em uma escala maior, expressão do caráter limitado, histórico e transitório do capitalismo (pressentido por Sismondi).

Este limite, inerente não à produção em geral mas sim a produção baseada no capital, se manifesta periodicamente em suas crises de superprodução (MARX, 2009, p. 367). Nasce da relação fundamental da produção capitalista, o intercâmbio entre capital e trabalho assalariado, a única finalidade desde intercâmbio que é a extração da mais-valia. O trabalho assalariado somente existe em função da mais-valia que produz o trabalho necessário só existe como condição do trabalho excedente; o capital somente tem necessidade do trabalho na medida em que este lhe permite valorizar, produzir mais-valia. Por tanto, tem uma tendência a restringir o trabalho necessário para

aumentar o trabalho excedente e a mais-valia que é sua expressão em valor, ao restringir o trabalho vivo e, por conseguinte criar valor.

Conforme sua natureza, pois, coloca o trabalho e a criação de valores como uma barreira, na qual contradiz sua tendência a ampliar-se infinitamente. Como o capital por um lado lhe coloca uma barreira específica e por outro lado os impulsiona por cima de toda barreira, é uma contradição viva (MARX, 2009, p. 357).

Disso se deduz uma tendência simultânea a restringir tanto a esfera do intercâmbio como a criação de valor. A insuficiência de mais-valia, causa última das crises localizada na produção, se manifesta no mercado de maneira invertida, na forma de uma superprodução de mercadoria (inventáveis). A tendência do capital a valorizar-se sem limites “se identifica absolutamente aqui como barreira colocada na esfera da troca, [...] a realização do valor colocada no processo de produção” (MARX, 2009, p. 376). Além de certo ponto, o estalo da crise realiza uma “desvalorização ou destruição geral do capital [...] a fim de restaurar a relação correta entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, sobre o qual em última instância fundamenta-se tudo” (MARX, 2009, p. 406-407).

A análise das crises com o grau de abstração dito acima ressalta o fato de que é o fruto das contradições internas do capital, de que estão contidas na essência do capital e de que o mesmo ocorre com as tendências a superá-las. Com o grau de abstração do livro III de O capital, onde o problema da valorização já não é considerado nos termos abstratos da relação entre trabalho necessário e trabalho excedente mas sim nos termos do capital investido e de sua composição e dos lucros que obtém, as crises apresentam-se como momentos necessários da acumulação do capital e da evolução da taxa de lucro que é seu principal motor.

A existência de uma taxa de lucro considera suficiente para que a produção ocorra é o ponto de partida de uma acumulação cujo resultado é a tendência à queda da taxa de lucro. Esta provoca por sua vez uma aceleração da acumulação cujo objetivo é restabelecer uma rentabilidade deteriorada, porém a queda da taxa de lucro só pode ser compensada mediante um aumento da taxa de mais-valia a qual só pode aumentar graças a um novo aumento da composição orgânica, fonte de uma nova pressão sobre a queda da taxa de lucro. A dificuldade crescente da valorização do capital se expressa finalmente em uma queda efetiva da taxa de lucro, e um bloqueio na acumulação, quer dizer, nas crises, na superprodução de mercadorias, na superprodução de capital e um

crescimento da superpopulação relativa.

As crises não são acidentes conjunturais atribuíveis a causas exteriores ou a “choques aleatórios”, ou inclusive a uma má gestão da economia, o que deixaria entender que seriam evitáveis. Pelo contrario, são momentos inevitáveis da acumulação do capital, do processo contraditório entre a queda da taxa de lucro e o aumento da taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital. As crises são expressão periódica de uma valorização insuficiente do capital; como vimos acima, está na natureza do capital. Marca um bloqueio na acumulação, um momento necessário cuja função é restabelecer as condições para uma suficiente rentabilidade do capital e permitir a recuperação da acumulação. Retomando a caracterização de Jonh Fullarton, citado por Marx, as crises são

O corretivo natural e necessário da abundância excessiva e inchada, a força medicinal mediante a qual nosso sistema social, tal como se encontra constituído atualmente, está em condições de aliviar-se a si mesmo, de quanto em quanto, de uma plethora que sempre volta a amenizar sua existência, recuperando assim sua condição saudável e viçosa (MARX, 2009, p. 421).

Na produção capitalista, as crises não são somente possíveis, mas necessárias. Sua necessidade surge duplamente: de sua inevitabilidade e de sua indispensabilidade. São necessárias, em primeiro lugar, no sentido de que o curso normal da acumulação conduz a elas necessariamente ou de uma maneira inevitável; ao ser o resultado da valorização insuficiente do capital e da queda da taxa de lucro que redunde no aumento da produtividade, expressando assim periodicamente em um bloqueio inevitável da acumulação. São necessárias, em segundo lugar, no sentido da função indispensável do saneamento que ela leva a cabo pela destruição de valores e a restauração da rentabilidade que dela se depreende, tornando possível a renovação da acumulação.

Em geral, ainda que seja provocada por uma conjuntura de conjunto, a crise começa em indústrias específicas, para propagar-se em sua continuação ao conjunto da economia. Pode desencadear-se por uma súbita quebra como na crise de 1929, por quebras espetaculares e pânico nas bolsas, para ser seguida por uma longa depressão da atividade econômica em geral. Entretanto, cada vez mais, com a entrada em cena da intervenção econômica do Estado a partir dos anos trinta, as crises foram transformadas de alguma maneira em “recessões”, quer dizer em crises “atenuadas”. Qualquer que seja a maneira em que se desencadeiem as crises se manifestam na forma de uma superprodução de mercadorias. A queda da atividade econômica ou crises de produção

está acompanhada de uma crise financeira. A suspensão de pagamentos das primeiras empresas afetadas perturba as obrigações recíprocas e provoca uma quebra em cadeia (MARX, 1995, p. 326). A queda na produção precipita a criação de uma massa de trabalhadores desempregado e diminui ainda mais o consumo já insuficiente.

A eliminação de um grande número de empresas falidas pela crise e a depressão que se segue, aumenta a rentabilidade das empresas que sobreviveram. O capital sai dela mais concentrado, um número inferior de capitalistas mais potentes dispõe de um mercado ampliado. Depois das quebras, os meios de produção podem ser recomprados a um preço baixo, de maneira que o capital encontra-se depreciado, ainda que o equipamento, as ferramentas e a máquina que são seu suporte material possuem a mesma capacidade produtiva. A depreciação do capital sem diminuição da capacidade produtiva dos meios de produção aos quais ele corresponde contribuindo assim para restaurar sua rentabilidade.

A crise serve também para eliminar definitivamente uma grande parte dos equipamentos menos rentáveis, velhos, pode ser o caso de liberar o capital líquido que estava associado a ele para reorientá-lo para os investimentos mais rentáveis. Ao fim deste processo de saneamento realizado pelas crises, o capital encontra-se reestruturado e de novo em condições de valorizar-se; se abre a via para uma nova fase de expansão e de acumulação. As crises aparecem assim como um mecanismo regulador da acumulação do capital, que assegura periodicamente a desvalorização e a destruição de valores produzidos em excesso e que prepara um novo começo para a acumulação. O movimento cíclico da acumulação que culmina nas crises é interrompido por ela, pode-se ver como simultaneamente sua continuidade esta assegurada por ela.

A entrada do capitalismo em seu estágio monopolista em princípios do século XX se viu uma transformação dos mecanismos das crises e de sua função de saneamento. O papel do capital financeiro, que se converteu em preponderante provedor de crédito tendo como fim a especulação ou com objetivos da concentração do capital produtivo, fazendo crer na capacidade da produção capitalista para superar seus próprios limites, preparando com isso as condições de sua queda, sendo tanto mais violenta quanto maiores eram as concentrações de capital. A crise mais violenta da história, a de 1929, revelou também, pela longa depressão que lhe seguiu, que o processo de saneamento necessário para a renovação havia se tornado impotente por si mesmo para restaurar a rentabilidade necessária para a renovação.

Portanto, o Estado encontrou-se forçado a intervir. Recorreu a diversos meios cujo objetivo era estimular a renovação da economia e colocá-la no caminho de um crescimento sustentado e sem crises. Intervindo também para sustentar mediante subsídios as empresas não rentáveis, porém consideradas indispensáveis, e para tomá-las a seus cuidados transferindo para o conjunto da sociedade as perdas daquelas dentre elas que haviam quebrado. Temos que enfatizar que neste novo contexto de grande concentração de capital, de pesado endividamento e de intervenção econômica do Estado, o desenvolvimento das crises no estágio monopolista encontra-se profundamente modificado em relação ao que ocorria no século XIX ao longo da fase de juventude do capitalismo, época em que as crises se desenvolviam livremente. Por outro lado, uma dimensão crucial caracteriza o estágio avançado ou monopolista do capitalismo, a economia de armamento, que veio a substituir a crise tradicional em sua função de destruição de valores.

Do que dizemos temos que ressaltar que as crises são parte integrante do processo de acumulação cujo princípio motor é a taxa de lucro, e que sua causa última é a dificuldade de valorização do capital ou a escassez de mais-valia que se expressa em uma tendência à queda da taxa de lucro. Compreendida assim, as crises são um fenômeno cuja origem se situa na produção de mais-valia e não no nível do mercado onde se dá a saída das mercadorias e se realiza os valores produzidos, ainda que necessariamente se manifestem como um fenômeno de mercado, o que é natural na medida em que é o mercado o regulador da economia mercantil. Essa compreensão da teoria marxista das crises não é unanimemente compartilhada. De fato, existem diversas interpretações. O que se explica particularmente pelo fato de que como acabamos de ver Marx analisa as crises com diversos graus de abstração, que são outras tantas etapas sucessivas de uma explicação única das crises. Em primeiro lugar, ele localiza sua possibilidade geral na produção mercantil na separação da compra e da venda. Depois, na produção capitalista, na separação da produção e da circulação.

Entretanto, numerosos autores têm acreditado descobrir em Marx diversas teorias das crises. As explicariam bem como o resultado de uma queda da taxa de lucro, bem como por uma impossibilidade da realização da totalidade da produção no mercado. Por sua vez, as crises deste segundo tipo ou crises de realização se explicariam seja por uma capacidade de consumo demasiado fraca com relação à produção existente, seja pelas desproporcionalidades que culmina na produção excedente para

certos produtos e deficientes para.

A atribuição a Marx de uma diversidade de teorias das crises e em particular de explicações baseadas nas dificuldades de realização da totalidade do produto, que seriam distintas nas que estão ligadas a tendência da queda da taxa de lucro, se apoia geralmente nos seguintes extratos do O capital:

As condições da exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só em quanto ao tempo e ao espaço, mas também conceitualmente. Uma só esta limitada pelas forças produtivas da sociedade, enquanto que as outras só estão pelas proporcionalidades entre os diversos ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Porém esta capacidade não está determinada pela força absoluta da produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduz o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo somente modificado dentro de limites mais ou menos estreitos. Esta limitada pelo impulso, de aumentar o capital e produzir em escala ampliada (MARX, 1995, p. 313-314).

E:

A razão última de todas as crises reais sempre seguirá sendo a pobreza e a restrição do consumo das massas em contraste com a tendência da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas como se somente a capacidade absoluta de consumo da sociedade constitui-se seu limite (MARX, 1995, p. 623).

No dizer destes extratos, considerados como tais e separados do marco geral da exposição, incitam a identificar em Marx uma explicação das crises baseada no subconsumo e na desproporção, em uma palavra, em uma ruptura do equilíbrio entre produção e consumo ou entre as quantidades produzidas pelos diversos setores. Porém, está claro que as crises não podem ser assim explicadas. A desproporção entre os setores e o equilíbrio entre produção e consumo não são fatos excepcionais na economia mercantil, não são desordens momentâneas que precipitariam a economia nas crises. Pelo contrário são regras e existe permanentemente. E excepcionalmente e por puro azar que o equilíbrio se realiza em uma economia em que se impõe “a relação da produção global, como uma lei cega, aos agentes da produção, e não submetendo a seu controle coletivo como uma lei do processo de produção captada por seu intelecto associado, e deste modo dominante”. Em tal contexto, “a proporcionalidade entre os diversos ramos da produção se estabelece como um processo constante a partir da desproporcionalidade” (MARX, 2009, p. 329-330). Certamente, as crises “parciais” causadas pelas desproporções entre os setores podem ocorrer. Entretanto, este tipo de

crise, que pode ser reabsorvida pela simples redistribuição do capital e o trabalho entre setores, é diferente das crises gerais de superprodução cuja reabsorção necessita de um reequilíbrio de outra natureza, o restabelecimento de outro tipo de proporção, como veremos depois.

A debilidade do consumo da massa da população não pode ser vista como causa das crises capitalistas. Como explica Engels no seguinte estrato do Anti-Durhring:

O subconsumo das massas [...] não é, por desgraça, nenhum fenômeno novo. Deste quando existe classes exploradoras e exploradas. [...] o subconsumo é um fenômeno histórico permanente ao longo dos séculos, a paralisação das vendas que explode nas crises com caráter geral por excesso de produção só são registradas há cinquenta anos [...] O subconsumo [...] não nos diz nada acerca das causas da existência atuais das crises, como não nos ilustra tão pouco acerca do que podem explicar sua inexistência no passado (ENGELS, 1986, p. 251).

Na produção capitalista, escreve Marx, o subconsumo é um fenômeno permanentemente engendrado pelo próprio processo da acumulação de capital:

O fim do capital não é a satisfação das necessidades, mas sim a produção de lucro, que só logra esta finalidade em virtude do método que regula o volume da produção segundo a escala da produção, e não o inverso deve produzir constantemente uma cisão entre as restringidas dimensões do consumo sobre bases capitalistas e uma produção que tende constantemente a superar essa barreira que lhe é imanente (MARX, 1995, p. 329).

Temos que precisar que esta restrição do consumo é uma restrição no plano dos valores e que é completamente compatível com uma melhora das condições da vida, pois, que devido ao crescimento da produtividade, um valor menor de bens de consumo representa uma quantidade igual, inclusive superior de valores de uso, quer dizer, de bens para consumo. Seja como for, um fenômeno permanentemente da produção capitalista não pode ser invocado como explicação dos incidentes passageiros que são as crises (HILFERDING, 1985, p. 266) quanto à distorção entre produção e consumo persiste e agrava-se durante as crises, que são os meios pelo qual se prepara um novo auge. Se o subconsumo fosse a causa das crises, bastaria buscar os meios para aumentar o consumo para assegurar a recuperação. O que é necessário para o capital que busca uma rentabilidade restaurada é precisamente o contrario, como explica Marx:

Dizer que as crises provêm da falta de um consumo sem condições de pagamento, da carência de consumidores solventes, é incorrer em uma tautologia cabal. O sistema capitalista não conhece outros tipos de consumo dos que podem pagar, excetuando o consumo próprio dos indigentes ou o dos malandros. Se as mercadorias se tornem

invendáveis significa unicamente que não tem encontrado compradores capazes de pagar por elas, e por tanto consumidores (já que as mercadorias, em última instância, compram-se com o objetivo ao consumo produtivo ou individual). Porém se se quer dar a essa tautologia uma aparência de fundamentação profunda dizendo que a classe operária recebe uma parte demasiado exígua de seu próprio produto, e portanto mal se remediará pelo fato deles receber uma fração maior de dito produto, aumentando seu salário, entretanto, bastará observar que invariavelmente as crises são preparadas por um período em que o salário sobe de maneira geral e a classe operária obtém realmente uma porção maior da parte do produto anual destinada ao consumo. Desde o ponto de vista destes cavaleiros do “dinheiro”!) do senso comum, estes períodos, inversamente, deveria conjurar as crises. Parece, pois, que a produção capitalista implica condições que não dependem da boa ou má vontade, condições que só toleram momentaneamente essa prosperidade relativa da classe operária, e sempre em qualidade de ave das tormentas, anunciadora das crises (MARX, 1995, p. 502).

O subconsumo apresenta-se portanto não como a causa das crises, mas sim como uma condição da acumulação. A compreensão desta aparência contraditória repousa sobre o esclarecimento da ambiguidade que deriva do duplo papel dos trabalhadores assalariados como produtores de mais-valia e como consumidores. Por um lado, o aumento de seu poder de compra aparece como uma garantia para a venda dos produtos no mercado. Por outro lado, a restrição do salário apresenta-se como condição da valorização do capital:

Cada capitalista sabe, com respeito a seu operário, que não lhe contrapõe como produtor frente aos consumidores e deseja reduzir ao máximo o consumo deles, quer dizer sua capacidade de troca, seu salário. Deseja, naturalmente, que os operários dos demais capitalistas consumam a maior quantidade possível de suas próprias mercadorias. Porém, a relação entre cada capitalista e seus operários é a relação em geral entre capital e o trabalho, a relação essencial. Não obstante isso, a ilusão – correta para o capitalista individual, a diferença de todos os demais – de que a exceção de seus operários todo resto da classe operária se lhe contrapõe como consumidores e sujeitos do intercâmbio, não como operários mais sim como dispensadores de dinheiro, surge precisamente dali (MARX, 2009, p. 373-374).

Ao ser a relação do capital com o trabalho assalariado a relação essencial, a proporcionalidade cujo restabelecimento pela crise está encaminhada a assegurar a recuperação, é aquela que estabelece a quantidade adequada de trabalho excedente proporcionado pela quantidade determinada de trabalho necessário. A relação entre trabalho e capital é por tanto uma proporcionalidade de um tipo particular, diferente da que caracteriza o equilíbrio entre produção e consumo ou ao intercâmbio entre setores de produção e o repartição dos capitais que são investidos neles (e do trabalho que tem de enfrentar). A crise aparece por tanto como um meio para restabelecer a força uma proporcionalidade adequada entre trabalho necessário e

Em realidade a questão se resume em determinar se as crises são o resultado de um desequilíbrio do mercado, superável por um reajuste apropriado, quer dizer, por uma nivelção da oferta e da demanda assim como das proporcionalidades entre setores, ou o resultado das crescentes dificuldades de valorização do capital, superáveis somente pelo restabelecimento da rentabilidade, de uma produção suficiente de mais-valia; as crises estão vinculadas a dificuldade de realização que nasce da desproporcionalidade ou o subconsumo, ou da tendência da queda da taxa de lucro, expressão específica do aumento da produtividade na produção capitalista? Ainda que exteriormente se manifestem sempre como fenômeno de mercado, as crises se explicam a partir das condições de frutificação do capital, quer dizer, da produção de mais-valia, que, sem ser imediatamente perceptível, entretanto, é o motor da produção capitalista. De novo se encontra confirmado à reflexão de Marx referente à que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem diretamente” (MARX, 1995, p. 104).

A explicação das crises de superprodução pela insuficiência do consumo final, quer dizer, do consumo de bens de consumo, equivale a considerar a superprodução e o subconsumo como duas expressões equivalente e simétrica de um mesmo e único fenômeno. Agora, superprodução geral de mercadoria que caracteriza a crise não é unicamente uma superprodução de bens de consumo; é também superprodução de meios de produção. O subconsumo de bens de consumo é, portanto, uma simples dimensão da superprodução geral.

A superprodução tem como condição, especialmente, a lei geral da produção do capital, que consiste em gerar o tom com as forças produtivas (quer dizer, da possibilidade de explorar o maior volume possível de trabalho com um volume dado de capital) sem preocupar-se com os limites estabelecidos pelo mercado ou pelas necessidades solventes, e levar até o fim isto mediante a ampliação constante da reprodução e da acumulação, quer dizer, mediante a constante reconversão da receita em capital, enquanto que, de outro lado, a massa dos produtores segue atendendo necessariamente suas necessidades por meias e subsumidas a base da produção capitalista (MARX, 1980, p. 491).

Como vimos, a capacidade de consumo da sociedade está determinada pelas relações de distribuição antagônicas que as reduzem a um mínimo suscetível de variar dentro de limites mais ou menos estreitos (MARX, 1995, p. 313-314) limites que estão

determinados pela necessidade de valorização do capital. Como o objetivo do capital é a produção de lucro e não a satisfação de necessidades, e como somente alcança isso adaptando a massa da produção a capacidades crescentes o capital necessariamente deve apresentar de maneira constante uma discordância entre as dimensões restringida do consumo e a massa produzida de bens de consumo (MARX, 1995, p. 329) as restrições de consumo que o capital impõe aos assalariados se ajustam as que se impõe a si mesmo, a parte da mais-valia que os capitalistas estão impedidos de acumular que tende a crescer com relação ao que destinam a seu consumo final. Porém a superprodução de bens de consumo somente é um aspecto da superprodução geral que também é superprodução de meios de trabalho:

Porém, periodicamente se produz demasiado meios de trabalho e de subsistência para fazê-lo atuar em qualidade de meios de exploração dos operários a determinada taxa de lucro. Se produzem demasiadas mercadorias para poder realizar o valor e o mais-valor contido ou encerrado nelas, as condições de distribuição e consumo dadas pela produção capitalista e reaplicado em novo capital, quer dizer para levar até o fim este processo sem explosões constantemente recorrentes (MARX, 1995, p. 331)

A origem da superprodução geral é a interrupção da acumulação provocada pela queda da rentabilidade do capital que, ela mesma, é o resultado do aumento da composição orgânica do capital e de um insuficiente aumento da taxa de mais-valia. A interrupção da acumulação em seus componentes constante e variável, que implica numa queda da demanda de meios de produção e de bens de consumo, aparece assim no mercado como se fosse uma insuficiência da demanda global, quando na sua essência ela é causada pela impossibilidade de o capital obter uma rentabilidade.

A reprodução ampliada se baseia na realização da totalidade do valor produzido. A fração deste valor que corresponde aos salários pagos,  $v$  (capital variável), é somente uma fração do valor total,  $c+v+pv$  (capital + capital variável+ mais-valia). A fração consumida dos meios de produção,  $c$ , deve ser substituída pela mais-valia,  $pv$ , deve ser em parte gasto pelos capitalistas para a compra bens de consumo final e é em parte acumulada, transformada em capital adicional, constante e variável. Na medida em que a taxa de lucro a justifique, a acumulação prossegue, assegurando a realização desta mais-valia, ou de sua transformação em novo capital, paralisam quando a taxa de lucro cai; a crise de rentabilidade do capital que freia a acumulação se manifesta então no plano do mercado como crise de realização.

A crise, que é o bloqueio da acumulação, ao ter sua origem em uma escassez relativa de mais-valia, só pode ser superada pela reativação da acumulação que, em si mesma, supõe o restabelecimento das condições da produção de uma quantidade suficiente de mais-valia, o restabelecimento de uma taxa de lucro adequada. O remédio proposto pelos subconsumistas, que vêem as causas das crises nas dificuldades e na insuficiência do consumo final, e o de aumentar estes. Como vimos anteriormente, este meio, longe de restaurar a rentabilidade, entra em conflito com ela. Desde este o ponto de vista do capital, a restrição do consumo e não seu aumento é a condição da acumulação. Como vimos anteriormente, aprofundamos nesta questão com relação a análise das políticas econômicas que vêm na insuficiência da demanda global como o problema a ser superado para assegurar o crescimento da economia e que com este fim se apoia em medidas estatais de redistribuição da receita e dos gastos públicos. Todas essas políticas econômicas se mostram remédios ineficientes, pois, a origem da crise está na relação entre o trabalho necessário e o trabalho excedente.

Vimos que Marx designa a lei da tendência da queda da taxa de lucro como a lei mais importante da economia política moderna; desde o ponto de vista histórico, precisa ele, é a lei mais importante. O significado desta caracterização foi invocado ao longo deste texto. Deduz-se em particular da crítica que Marx faz da concepção de Ricardo de uma tendência da queda da taxa de lucro que deriva de causas naturais como a fertilidade decrescente das terras. Para Marx, recordemos, esta tendência à queda demonstra que o modo de produção capitalista encontra um limite “que nada tem que ver com a produção da riqueza em quanto tal” e que este “atesta a limitação e o caráter somente histórico e transitório do modo de produção capitalista”. Testemunha prossegue ele, “que este não é um modo absoluto para a produção da riqueza, mais que, pelo contrário, chegado a certa etapa, entra em conflito com o desenvolvimento anterior desta riqueza” (MARX, 2009, p. 310). A própria caracterização do modo de produção capitalista como um modo transitório atingido de uma contradição permanente entre sua tarefa histórica de desenvolvimento das forças produtivas material e as relações sociais que corresponde.

A lei da tendência da queda da taxa de lucro testemunha, portanto, para Marx uma tendência do sistema capitalista como tal, enquanto sistema histórico transitório, e não somente de flutuações conjunturais que culminam periodicamente nas crises. A seguinte passagem dos Grundrisse resume esta visão do sentido histórico da tendência à

queda da taxa de lucro.

O desenvolvimento das forças produtivas motivadas pelo capital mesmo em seu desenvolvimento histórico, uma vez chegado a certo ponto, anula a autovalorização do capital em vez de estimulá-la. A partir de certo momento o desenvolvimento das forças produtivas se torna um obstáculo para o capital; por tanto a relação do capital se torna em uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. O capital, quer dizer o trabalho assalariado, chegando a este ponto entra na mesma relação com o desenvolvimento da riqueza social e das forças produtivas que o sistema corporativo, a servidão da gleba e a escravidão, e, em sua qualidade de trava, se elimina necessariamente [...] Em agudas contradições, crises, convulsões, se expressa à crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade a suas relações de produção até hoje vigente. A violenta aniquilação do capital não por circunstâncias alheia a ele mesmo, mas sim como condição de sua autovalorização, é a forma mais contundente em que ele adverte que se vai e que deixará seu lugar para um estagio superior da produção social (MARX, 2009, p. 282).

Além de certo ponto, o capital, que foi um fator de progresso da humanidade, que criou a base material da edificação de uma sociedade superior, se converte em um obstáculo para a continuação deste desenvolvimento no interesse da humanidade. Ao ter esgotado sua missão histórica, surge objetivamente a necessidade de sua substituição.

### **Referências Bibliográficas**

ENGELS, F. *Obras Filosóficas*. México: Fondo de Cultura Económico, 1986.

HILFERDING, R. *El capital financiero*. Madrid: tecnos, 1985.

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. México: Novena reimpresión: 2009.

MARX, K. *El Capital*. México: Fondo de Cultura Económico, 1995.

MARX, K. *Teorias da mais-valia*. São Paulo: Difel, 1983.

### **Ney Gonçalves**

Possui formação teórica autodidata; é autor do livro publicado pela editora Kelps e PUC-GO com o título *Valor e Crise*, e de um outro, que já está no prelo e será lançado pelas mesmas editoras cujo título será *Marxismo, Estado e Crise do Capital*.

E-mail: [neymarxismo@hotmail.com](mailto:neymarxismo@hotmail.com)